



OS ACORDOS DE COLABORAÇÃO TÉCNICA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE NOS MEADOS DO SÉCULO XX

Stefane Rodrigues Colman¹
Maryluze Souza Santos Siqueira²

GT4 - Educação Rural/do Campo.

RESUMO

Neste artigo, buscamos compreender como o Inep orientou os estados brasileiros a executar o projeto de Educação Rural no tocante à expansão das escolas rurais e a formação do professor rural no Brasil, a partir de 1946. Essa ação foi resultante de compromissos educacionais assumidos pelo governo brasileiro junto aos Estados Unidos da América a partir de acordos de colaboração técnica firmados entre os dois países no que se refere à expansão, reorganização e modernização da educação rural brasileira.

Palavras-chave: Educação Rural. Formação do Professor Rural. Inep. Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this research is to comprehend how the INEP guided the Brazilian States to run the rural education project for the expansion of rural schools and rural teacher training in Brazil as of 1946. This action was a result of educational commitments undertaken by the Brazilian Government alongside with the United States of America through technical cooperation agreements signed between the two countries, regarding to expansion, reorganization and modernization of the rural Brazilian education.

Palavras-chave: Rural Education. Teacher Training Program. INEP. Brazil.

¹ Graduanda em Letras/Inglês pela Universidade Tiradentes. Aluna bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). E-mail: <stefanecolman@gmail.com>.

² Doutoranda em Educação (Universidade Tiradentes - 2016...); Especialista em Coordenação Pedagógica (Universidade Federal de Sergipe); Mestre em Educação (Universidade Federal de Sergipe); Especialista em Docência e Tutoria em Educação a Distância (Universidade Tiradentes); Especialista em Gestão da Educação (Faculdade Pio X); Pedagoga (Universidade Federal de Sergipe) Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP) /UNIT/CNPq. E-mail: <maryluze@ig.com.br>.



INTRODUÇÃO

A vitória dos Estados Unidos e aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi fundamental para a sua participação na criação de organismos internacionais que defendem a paz mundial e a cooperação entre os países do mundo, como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), fato que lhe agregou influência e *status* no cenário mundial, sobretudo nos países latino-americanos através do modelo econômico capitalista.

Apesar da UNESCO ter sido instituída após a Segunda Guerra, em 1945, o IBE (*International Bureau of Education*)³ havia realizado Conferências Internacionais durante o período de 1934-1939 com o objetivo de reunir professores de vários países para cursos de férias, tornar a liga das nações conhecida e desenvolver o espírito de cooperação internacional. Entre os anos de 1939 e 1945, muitas de suas atividades foram suspensas por conta da Segunda Guerra Mundial, no entanto, foi após a Segunda Guerra que o IBE contando com 20 países signatários, entre eles Estados Unidos, Reino Unido, França, Índia, México e Brasil, decidiu por implementar a UNESCO a fim de colaborar no campo da Educação, Ciência e Cultura. A partir das Conferências Internacionais de Educação Pública, foram definidas recomendações, em sua maioria, para o setor educacional primário e secundário, em âmbito internacional. A concepção dessas recomendações estava ligada a liberdade educacional, a questões de interesse da maioria dos países envolvidos, administração educacional e de interesse pedagógico. (UNESCO, 1979, p. 16)

³ O IBE foi originalmente um órgão privado. Estabelecido como tal pelo instituto J.-J. Rousseau, ou melhor, pelo fundador do instituto, professor Edouard Claparède, em dezembro de 1925. Contudo, o órgão não conseguiu angariar fundos para se manter como tal. A falta de apoio financeiro tornou impossível a continuidade de suas atividades internacionais, como centro de informações e suprimento de documentação educacional para educadores. Foi então que o IBE renunciou à sua liberdade, em outras palavras, passou a não depender exclusivamente de indivíduos ou instituições privadas. Por conseguinte, surgiu uma nova ideia de reorganização do IBE, com base governamental e uma nova diretoria. O Professor Jean Piaget foi indicado como diretor, Pedro Roselló como diretor assistente e Marie Butts como secretaria geral. O reestruturado órgão visava servir como centro de informações para todos os assuntos relacionados à educação; promover a cooperação internacional mantendo uma posição totalmente neutra relacionada às questões nacionais, políticas e religiosas e trabalhar estritamente cientificamente e objetivamente. Apresentava como atividades: a coleta de informações relativas à educação pública e privada, a realização de pesquisas experimentais e estatísticas e divulgação dos resultados para os educadores. Foi no dia 29 de julho de 1929, que pela primeira vez na história, representantes dos governos da Polônia, Geneva, Equador e o Instituto J.-J. Rousseau - única organização privada membro do IBE - assinaram um documento do qual assumiram colaborar com o campo da educação. (UNESCO, 1979, p. 11-13).



Com relação à educação rural, em uma de suas recomendações⁴, afirmava que a educação primária recebida no meio rural não deveria ser inferior, em nenhum aspecto, a recebida no espaço urbano e que ela deveria habilitar os alunos para a educação secundária; também, que as escolas rurais deveriam estar dispostas abaixo do mesmo Ministério que as escolas urbanas a fim de garantir um espírito mais completo de comunidade; além disso, sugeria que os professores rurais deveriam utilizar recursos específicos para ensinar e dar vida a suas lições de modo com que os alunos aspirassem pela vida no campo; propunha a oferta de cursos de agricultura e instrução doméstica, de curta duração, para professores que optassem por se especializarem e continuarem trabalhando nas áreas rurais; que o trabalho da escola rural deveria se estender e ser complementado ou facilitado por programas extracurriculares ou atividades após as aulas através de clubes para jovens agricultores, institutos rurais para homens e mulheres, filmes educacionais, bibliotecas rurais itinerantes, missões educacionais e culturais, cursos correspondentes e etc. (UNESCO, 1979, p. 19)

Em vista disso, com a intenção de disseminar o capitalismo, bem como o desenvolvimento e a modernização, os Estados Unidos encontraram na educação um meio de firmar acordos de colaboração técnica com o Brasil. Em 1946, os países mencionados assinaram seu primeiro acordo voltado para a educação rural, intitulado: *Agreement on Rural Education between the Ministry of Agriculture of the United States of Brazil and the Inter-American Educational Foundation, Inc.*, este estabelecia o intercâmbio e treinamento de especialistas brasileiros e norte-americanos na educação voltada para agricultura; elaboração e autorização de projetos voltados para a educação rural; estudos e pesquisas relativos às necessidades educacionais do Brasil e dos Estados Unidos da América, especialmente no campo da educação para a agricultura; os recursos disponíveis para atendê-las e a organização e desenvolvimento de programas de treinamento para professores rurais.

Em 1952, o Brasil e os Estados Unidos consolidaram um novo acordo denominado “*Rural Education Program*”. Em conformidade com as notas trocadas entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, e o Embaixador Americano, Herschel W. Johnson. Ele reafirmava as propostas do acordo de 1946 - *Agreement on Rural Education between the Ministry of Agriculture of the United States of Brazil and the Inter-American Educational Foundation, Inc.* – e acrescentava, entre outras propostas, a instituição da

⁴ UNESCO. **Reccomendation N° 8 concerning the organization of rural education (1936)**. In: UNESCO. (Org). **Recommendations (1934-1977)**. França: Paris: UNESCO, 1979. p. 17.



CABER⁵ (Comissão Americano-Brasileira da Educação Rural), como parte integrante do Ministério da Educação e Saúde, e a ele subordinado, atuando dentro do Ministério como órgão executivo na realização do programa de cooperação educacional.

Este estudo tem como objetivo compreender e analisar os mecanismos por cujo intermédio o projeto norte-americano assumiu junto ao Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), a dimensão da expansão da escola primária rural e da formação do professor primário rural no Brasil. Para tanto, foram identificados os compromissos educacionais assumidos entre os países a partir de acordos de colaboração técnica firmados entre Brasil e Estados Unidos com a intenção de reorganizar e modernizar a educação rural brasileira.

AS INFLUÊNCIAS NORTE-AMERICANAS E OS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foram estabelecidas mudanças de ordem mundial nas relações internacionais tanto no campo econômico quanto no político. A partir de então,

sob forte discurso ideológico valorativo da busca pela paz mundial e da cooperação entre os povos, as relações internacionais vivenciaram uma divisão entre dois grandes blocos de influência e disputa hegemônica: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o comunista, sob influência da União Soviética. (LOMBARDI, 2014, p.28)

Os referidos blocos influenciaram o modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos, sobretudo os Estados Unidos, por terem saído vitoriosos da Segunda Guerra e participado da criação, em 1945, de organismos internacionais que defendiam a paz mundial e a cooperação entre os países do mundo, como a ONU (Organização das Nações Unidas), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), BM (Banco Mundial) e o (FMI) Fundo Monetário Internacional, acabaram liderando a entrada e influência nos países, inclusive no Brasil.

⁵ Tinha por objetivo investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida rural brasileira; contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações do campo e preparar técnicas para atender às necessidades da educação de base (COSTA, 2015). Atuava como órgão consultivo do programa de educação rural do Ministério da Educação.



Em 1946, os Estados Unidos da América e o Brasil firmaram seu primeiro acordo voltado para a educação rural e intitulado: *Agreement on Rural Education between the Ministry of Agriculture of the United States of Brazil and the Inter-American Educational Foundation, Inc., 1946*, o programa de cooperação educacional contava com 22 cláusulas, cuja a primeira tratava a respeito dos objetivos sobre desenvolvimento das relações entre os professores rurais dos Estados Unidos da América e do Brasil; ao intercâmbio e treinamento de especialistas brasileiros e norte-americanos na educação voltada para agricultura e outros projetos de interesse mutuo no campo da educação rural.

- a) the development of closer relations between teachers of vocational agriculture in the United States of Brazil and the United States of America;
- b) the interchange and training of Brazilian and American specialists in vocational agriculture;
- c) the development of such other projects in the field of rural education as may be of mutual interest to the parties. (BEVANS, 1970, p. 1002).

Entretanto, para que eles fossem atingidos seria necessário, também, a implementação de métodos, dos quais estivessem fundamentados em:

1. Studies and surveys relative to the educational needs of Brazil and of the United States of America, especially in the field of vocational agriculture, and of the resources which are available to meet them;
2. Grants to permit Brazilian administrators, educators, and special service personnel to go to the United States of America to study, to lecture, to teach and to interchange ideas and experiences with administrators, educators, and specialists in the United States of America;
3. The organization and development of teacher training programs in vocational agriculture;
4. The purchase of equipment, the preparation of teaching materials, and the development of such media as the radio, films, rural missions, bookmobiles and circulating museums. (BEVANS, 1970, p. 1002).

A partir do acordo mencionado, foi criado em Sergipe o Curso de Formação de Professores Rurais, cuja primeira turma iniciou em 1949, houve, também, abertura e realização de outros projetos complementares ao currículo das escolas rurais, como o Círculo de pais e professores que promovia o entrosamento com as atividades de classe; o Clube de Saúde que tinha como objetivo disseminar a implantação de hábitos higiênicos, campanhas sanitárias e a função da escola em relação a saúde; o Clube Agrícola, que, por sua vez, visava o entrosamento com as atividades de classe e com as demais Instituições, partindo da concepção da Escola Rural como um pequeno núcleo/sócio rural; o Clube de Leitura; a Biblioteca; as Publicações escolares, realizadas através de jornais e revistas, com a finalidade



de transmitir o conhecimento a respeito das publicações como meio de desenvolvimento e prática da leitura, explicitar a diferença entre Jornal e Revista, as características que deve possuir o Jornal Escolar; excursões como preparo pedagógico (MONTEIRO, 1950).

Alguns anos depois, em 1952, o Brasil e os Estados Unidos assinaram um novo acordo. Em conformidade com as notas trocadas entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, e o Embaixador Americano, Herschel W. Johnson. O documento foi denominado: “Acordo entre a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil e *The Institute of Inter-American Affairs*”, repartição corporativa do governo dos Estados Unidos da América, para a realização de um programa cooperativo de educação nas zonas rurais, reafirmou as propostas do acordo de 1946 – “*Agreement on Rural Education between the Ministry of Agriculture of the United States of Brazil and the Inter-American Educational Foundation, Inc.*” – e acrescentou, entre outras sugestões, a criação da Comissão Americano-Brasileira da Educação Rural (CABER):

A. Será instituída, como parte integrante do Ministério da Educação e Saúde e a êle subordinada, uma comissão especial denominada “Comissão Americano-Brasileira de Educação Rural” (doravante chamada CABER), que atuará dentro do Ministério (BRASIL; USA, 1952, p.2).

Através dos acordos supracitados e da CABER, houve um fomento à realização de estudos, inquéritos e pesquisas sobre a situação educacional nos diferentes estados brasileiros, como exemplo tivemos a publicação em 1958 da obra “Educação em Sergipe – 1956”, do professor José Antônio Nunes Mendonça; e Análise Quantitativa e Qualitativa do Sistema Educacional do Estado de Sergipe, publicada em 1960, pelo mesmo autor. Essas obras apresentam uma análise dos problemas e deficiências do sistema educacional sergipano.

Nunes Mendonça também reflete sobre o Ensino Agrícola em Sergipe, em uma de suas obras sobre esse nível de ensino ele afirma:

[...] é pouco expressivo em Sergipe, como, aliás, em todo o País. Aplica-se ao nível médio desse ramo de ensino as conclusões a que chegaram dois técnicos – um da International Cooperation Administration e outro do Ministério da Agricultura – incumbidos de realizar estudos sobre o ensino agrícola no Brasil: “O problema do ensino agrícola de nível superior no País – afirmaram eles – não reside na falta de escolas, e sim de alunos” (MENDONÇA, 1960, p. 12).

Em ambos acordos, os dois países estavam encarregados de fornecer todo o suporte financeiro necessário para a execução e manutenção do programa de educação rural, como podemos observar no trecho retirado a seguir, do acordo de 1946:



2. It was established in the said Agreement that the Inter-American Educational Foundation, Inc., a corporation of the Office of Inter-American Affairs and an agency of the Government of the United States of America, will make available for the execution of that program a sum of \$250,000.00 (two hundred and fifty thousand dollars), United States currency, and the Ministry of Agriculture will contribute the equivalent in Brazilian currency of \$750,000.00 (seven hundred and fifty thousand dollars), this amount to be in addition to the regular budget of the Brazilian Government for rural education. (BEVANS, 1970, p. 1001)

Consoante, temos o acordo de 1952:

B. [...] a contar da data da assinatura deste Acôrdo até 30 de junho de 1952, o Instituto depositará no Banco do Brasil, à conta da CABER, a importância de US\$ 150,000.00 (cento e cinquenta mil dólares).

C. O Govêrno, no período compreendido entre o início da vigência deste Acôrdo e 30 de junho de 1952, depositará na mesma conta da CABER a importância de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros). (BRASIL; USA, 1952, p. 3).

Percebe-se então, que, ao passo que as relações entre Estados Unidos da América e Brasil estreitavam-se, surgia um novo ambiente educacional propício para o recebimento e cumprimento de novas ideias, projetos e reformas, fazendo com que o Brasil, receptor dessas ações, prosseguisse em direção a sua tão almejada modernização e desenvolvimento.

UMA NOVA PROPOSTA DE ENSINO RURAL

Ao analisarmos esse período, percebe-se que providências referentes à educação brasileira foram tomadas, por exemplo, em âmbito nacional, as “Leis Orgânicas Federais de Ensino Primário e Normal (1946)”, que permitiam uma maior flexibilidade e diferenciação à organização geral do ensino, bem como adaptações às peculiaridades regionais (INEP, 1950, p. 5) e em setores estaduais, especificamente em Sergipe, com a construção de escolas rurais seguindo o modelo do Inep, contendo área para atividades agrícolas e a casa da professora anexa.

Nesse período, a quantidade de escolas primárias no Brasil era insuficiente para atender à população em idade escolar. Até 1949 esse déficit fazia com que duas milhões e quinhentas mil crianças, entre 7 a 11 anos, ficassem anualmente sem nenhuma escola



(BARRETO, 2006, p.95), o que, contribuía de forma direta para o analfabetismo e impossibilitava a atuação de qualquer projeto educacional. Assim, para a execução do plano educacional se fazia necessário investir, primeiramente, na prediação escolar, pois a deficiência de instalações adequadas era uma das maiores causas da ineficiência do ensino. (BARRETO, 2006, p. 94). Diante disso, o Inep assumiu a proposta de expansão das escolas rurais a partir dos lugares onde elas não existissem ou fossem precárias. O Governo Federal em parceria com o governo estadual, de 1946 até o final de 1950, construiu, em Sergipe, 248 novos prédios escolares nas zonas rurais, 19 grupos escolares no campo e na cidade e, supostamente, 2 escolas normais rurais nas zonas do interior, em Itabaiana, a Escola Normal Rural Murilo Braga e em Lagarto (INEP, 1950, p.10), porém a de Lagarto não se pode afirmar que foi construída. Vale ressaltar que essa expansão do ensino escolarizado ao meio rural fazia parte de um projeto nacional encabeçado pelo MEC/Inep. Por um lado, tínhamos a falta de prédios escolares, principalmente no meio agrícola, e do outro, escolas que eram consideradas rurais apenas por serem localizadas no meio rural, mas seu ensino não era especificamente rural. (RIBEIRO FILHO, 2006 apud BARRETO, 2006).

Nas primeiras décadas da República buscava-se a construção de uma nova identidade brasileira e com isso, no âmbito educacional, defendia-se uma escola pública, universal, gratuita e laica em que todos recebessem o mesmo tipo de educação. O movimento escolanovista surgiu então com essa proposta, e defendia o ensino a partir da realidade do aluno. Como afirmava John Dewey, educador americano e precursor do movimento:

[...] a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Assim, a educação tem como eixo norteador a vida-experiência e aprendizagem, fazendo com que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida (HAMZE, 2009).

Portanto, no meio rural, era necessário um novo modelo de educação voltado para o mundo agrícola, em que o aluno pudesse aprender e aperfeiçoar as técnicas de plantio, cuidado com os animais, hortas, granjas, e estivesse apto a transmitir esse conhecimento para familiares e membros da comunidade rural. Tornando-se imprescindível,

[...] um novo tipo de professor, capaz de satisfazer as necessidades da escola rural. [Logo,] A formação de professores rurais deve ser acelerada ao



máximo. [...] seria conveniente instituir cursos intensivos para a formação de professores rurais, de modo a preparar professores em número suficiente para as escolas, à proporção que se construírem. (HALL, 1950 apud BARRETO, 2006, p. 179).

A fim de atender essa perspectiva, além da criação das escolas normais rurais também foram realizados cursos de formação para professores atuantes no magistério público sergipano. O ensino normal, oficial e particular, no Estado de Sergipe, teve sua organização adaptada aos preceitos da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei federal nº 8.530. de 2/1/1947) que permitiu a criação de cursos normais regionais ou rurais. Nessa perspectiva, o Inep passou a exigir para o cargo de professor primário os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro;
- b) Ter mais de dezoito anos de idade;
- c) Haver recebido preparação conveniente em cursos apropriados;
- d) Haver prestado exame de habilitação, na forma da lei (art. 29 do dec.-lei nº 1.058, de 31/8/1946) (INEP, 1950, p. 24).

Em resposta ao supracitado item c, foi realizado o Curso de Formação de Professores Rurais, em 1949, que teve a duração de sessenta dias, tendo sido executado por meio de aulas teóricas, ministradas no Instituto de Educação Rui Barbosa, localizado na zona urbana central de Aracaju-SE, e de aulas práticas, em turno contrário, ministradas na Escola Rural do povoado de Sobrado, Cotinguiba, no Aviário Pedro II, na Secção de Máquinas do Fomento Agrícola, no Horto Florestal de Ibura, nas Dependências do Quartel do 28º B.C. (Secção de Veterinária), no Apiário Pasteur (Entidade particular), no Depósito de Instrumental Agrícola do Departamento de Educação (Serviço de Educação Rural) e no Instituto de Tecnologia do Estado. O transporte dos alunos e professores para os locais dessas aulas práticas era concedido pelo Departamento de Educação, que tinha como Diretor Geral Acrísio Cruz. O curso possuía um total de 360 aulas, sendo 240 aulas práticas e 120 teóricas. Como entidades mantenedoras dessa formação tinham a União (INEP) em parceria com o Governo do Estado de Sergipe (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE, 1950).

Especificamente sobre esse curso ministrado em 1949, Curso de Formação de Professores Rurais, embora o Inep houvesse planejado o curso para sessenta professoras, a matrícula efetiva constou apenas de cinquenta e cinco, em virtude de cinco haverem se desligado do mesmo por motivo de doença. O curso foi dirigido pelo professor Exuperio



Monteiro, Inspetor Geral do Ensino Normal e Primário no Estado e supervisionado pelo professor Acrísio Cruz, Diretor Geral do Departamento de Educação. Seu corpo docente era composto pelos professores e matérias (Teórico-Práticas): Acrísio Cruz - Administração Escolar e Instituições Complementares da Escola; José Ribeiro Filho - Prática de Pomicultura e Horticultura, Noções de Agricultura, Criação de Animais Domésticos; José Menezes de Oliveira - Criação de Animais Domésticos (Apicultura); Elze Silva Dantas e pelos doutores Emanuel Franco - Industrias Rurais Caseiras e Júlio de Oliveira - Noções de Veterinária. (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE, 1950).

A proposta de formação do professor primário rural já vinha sendo defendida por Sud Mennucci na década de 1930 quando afirmou: “[...] as escolas destinadas ao professor rural deveriam existir em qualquer lugar que tivesse procura, até mesmo em área urbana. Desde que preparasse para o aprendizado das atividades agrícolas.” (MENNUCCI, 1934 apud COSTA, 2016, p. 104). Em Sergipe, tivemos como exemplo a Escola Normal Rural Murilo Braga, localizada no município de Itabaiana-SE, construída em zona urbana, contudo, distante do centro da cidade, fato que fez com que tanto a população quanto os estudantes e professores desconhecessem que se tratasse de uma escola normal rural. E o agravante é que a comunidade não reconhecia a escola como sendo voltada para os aspectos rurais. “Não tinha nada sobre rural ou campo. Era só o nome da escola, mas não dava aula nenhuma sobre o agricultor.” (ANDRADE, 2015 apud COSTA, 2016, p. 104).

A partir da investigação e análise dos eventos citados, foi possível compreender que os acordos e compromissos educacionais assumidos pelo Brasil e Estados Unidos e executados pelo Governo brasileiro através do MEC/Inep, influenciaram no desenvolvimento de programas de treinamento para professores rurais, em Sergipe, com os cursos de férias para formação de professores rurais e o curso normal rural, além da elaboração e implantação dos projetos voltados para a educação rural, como a expansão do ensino primário através da construção de escolas primárias rurais, a construção de escolas normais rurais e a oferta de cursos de férias para professores rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas rurais foram pensadas para se tornarem um lugar para os estudantes aprenderem e desenvolverem atividades típicas do mundo rural, como hortas, granjas, dentre



outras. Esses saberes ensinados também deveriam ser repassados para os pais dos alunos e demais membros da comunidade rural. Nessa perspectiva, a proposta educativa da escola primária rural objetivava além de civilizar o homem do campo, melhorar o trabalho e a produção agrícola da família e assim poder fixar o rurícola no meio rural. Essa era a proposta do Inep no seu projeto de formação do professor rural e na implantação e expansão das escolas rurais no Brasil e em Sergipe.

No que diz respeito aos acordos de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos, propiciaram mudanças no cenário educacional nacional e especificamente em Sergipe, foco desta pesquisa, nos cursos normais, principalmente os de formação de professor rurais, através de cursos normais rurais e cursos de especialização de curta duração; na criação de leis como as Leis Orgânicas Federais de Ensino Primário e Normal e a Lei Orgânica do Ensino Normal; projetos de expansão do ensino primário através da construção de prédios escolares, combatendo o analfabetismo e contribuindo para o avanço do ensino e a modernização tanto do trabalho no campo como do país.

REFERÊNCIAS

- MENDONÇA, Nunes. **Análise Quantitativa e Qualitativa do Sistema Educacional do Estado de Sergipe e Plano Geral de Prioridade para a Educação dos próximos Cinco Anos, no Estado de Sergipe**. Aracaju, 1960.
- BARRETO, Luiz. **Antologia Acrísio Cruz**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- BRASIL. **Cópia do primeiro relatório do Curso de Formação de Professores Rurais**. Arquivo Público Estadual de Sergipe, 1950.
- LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Nacional-Desenvolvimentismo (1946-1964)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 56, p. 26-45, mai. 2014.
- MENDONÇA, Sônia. **Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana no Brasil (1930-1961)**. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- COSTA, Silvânia Santana. **Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972)**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, sob orientação da Professora Dr^a. Maria Helena Câmara Bastos, 2016.
- INEP. **Organização do Ensino Primário e Normal: Estado de Sergipe**. Rio de Janeiro, 1950.
- UNESCO. **Recommendations 1934-1977**. Paris: UNESCO, 1979.



BEVANS, Charles; United States. Dept. of State. **Treaties And Other International Agreements Of The United States Of America, 1776-1949**. Washington: U.S. Government Printing Office, 1970.

HAMZE, Amelia. Escola nova e o movimento de renovação do ensino. **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm>> Acesso em: 23 fev. 2018.

O GLOBO. Unesco, com o Brasil e outros 19 países, inicia suas atividades no mundo em 1946. **O GLOBO**. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/unesco-com-brasil-outros-19-paises-inicia-suas-atividades-no-mundo-em-1946-20396512#ixzz58EfiHL45>> Acesso em: 26 fev. 2018.

COSTA, Alexandre. Educação Rural. **RHPortal**, 2015. Disponível em: <<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/educacao-rural/>> Acesso em 02 de mar. 2018.